



Vai à sanção texto que proíbe casamento de menor de 16 anos

Estudo aponta Brasil como o quarto país do mundo com mais casamentos infantis. Projeto mantém permissão para união de jovens de 16 e 17 anos com autorização dos pais

O Senado aprovou ontem projeto que proíbe o casamento de menores de 16 anos. Da ex-deputada Laura Carneiro, a proposta se baseou em estudo que coloca o Brasil como o quarto país no mundo com maior número de casamentos infantis registrados.

De acordo com o levantamento, 3 milhões de brasileiras afirmaram ter se casado antes de completar 18 anos, sendo que 877 mil com até 15 anos.

O projeto manteve a permissão para que jovens de 16 e 17 anos se casem desde que autorizados pelos pais ou responsáveis. A proposta segue para sanção. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Texto aprovado em Plenário modifica artigo do Código Civil que permite casamento de menor de 16 anos em caso de gravidez ou para evitar cumprimento de pena criminal



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão de Transparência quer ouvir ex-ministro em data a ser marcada

Comissão aprova convite para Bebianno esclarecer denúncias

A Comissão de Transparência decidiu convidar o ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência Gustavo Bebianno a esclarecer

aos senadores denúncias sobre o uso de candidaturas "laranja" para desvio de recursos eleitorais. Ainda não há data marcada. **4**

Casa desarquiva proposta que reformula política sobre drogas

O Plenário desarquivou um projeto que promove ampla reformulação da Lei de Drogas e da política nacional que trata do tema. A

proposta, que já foi discutida em comissões da Casa, estabelece um parâmetro mínimo de porte para diferenciar usuário de traficante. **5**



Getty Images/Sincophoto

Projeto reforça a regulamentação sobre remédios à base de canabidiol

MP que reabriu prazo para o Funpresp vai à promulgação

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que reabriu, até 29 de março, o prazo para adesão dos servidores à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal. **3**

Fim de barragens de mineração no país tem apoio dos senadores

Senadores apoiaram em Plenário a resolução da Agência Nacional de Mineração de eliminar as barragens de rejeito de minério, mas lamentaram que a medida só tenha sido tomada após graves acidentes. **8**

Colegiado quer ouvir ministro da Economia **4**

Ministra Damara Alves participa de debate amanhã **6**

Mercado deve oferecer balança a produto lacrado **7**

Bancada feminina vai apresentar pauta prioritária **7**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Jonas Pereira/Agência Senado



Davi Alcolumbre informou que irá amanhã ao Planalto para debater reforma previdenciária e projeto anticrime

Brasil vai intermediar ajuda para Venezuela, afirma Davi

Jair Bolsonaro chamou ao Palácio do Planalto os presidentes do Senado, da Câmara, Rodrigo Maia, e do STF, Dias Toffoli, para consultar sobre o apoio do país ao auxílio humanitário proposto por EUA

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem, após reunião no Palácio do Planalto, que o Brasil vai servir como intermediário para a ajuda humanitária de remédios e medicamentos vindos dos Estados Unidos para a Venezuela. Ele participou de reunião da cúpula dos três Poderes a pedido do presidente da República, Jair Bolsonaro.

O encontro tratou apenas da questão venezuelana. Davi informou que Bolsonaro quis saber a opinião dos presidentes do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, da Câmara, Rodri-

go Maia, e do Senado sobre se o Brasil deveria ou não aceitar ser um “ponto de convergência para trazer ajuda humanitária para os venezuelanos”.

— O governo entendeu que precisava do conhecimento dos demais Poderes sobre se o Brasil aceitava ser esse depósito, um armazém de medicamentos e alimentos para o povo venezuelano. A pretensão do governo é ceder espaço para receptionar essa ajuda humanitária que vai partir dos Estados Unidos — afirmou.

Amanhã o presidente do Senado volta ao Palácio do

Planalto para debater com Bolsonaro a reforma da Previdência e a proposta anticrime do ministro da Justiça, Sergio Moro.

Previdência

Davi também falou sobre a reunião destinada a discutir a reforma da Previdência com governadores, prevista para a noite de ontem na residência oficial da Presidência do Senado.

— A reunião é para ouvir os governadores sobre o sentimento deles do que está acontecendo em relação à reforma da Previdência.

Comissão analisa pedido de audiência com ministros

Os ministros do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, e do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, podem ser convidados a apresentar na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) os planos de ação das duas pastas nos próximos anos. Requerimentos com esse objetivo estão na pauta da reunião hoje.

Os pedidos foram apre-

sentados pelo presidente da comissão, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), para quem a comissão deve conhecer melhor os programas de governo para enfrentar as disparidades regionais.

Também podem ser convidados os titulares das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene), do Centro-Oeste

(Sudeco), da Zona Franca de Manaus (Suframa) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Antes da votação de requerimentos, está prevista a eleição do vice-presidente da comissão para o biênio 2019-2020. Também está na pauta uma reunião administrativa para acertar o funcionamento da comissão.

Irajá pede novo pacto federativo para ajudar estados e municípios

Estados e municípios estão “estrangulados” na sua capacidade de investimento e de prestação de serviço, afirmou ontem Irajá (PSD-TO) em Plenário. Por isso, o senador defendeu a necessidade de um novo pacto federativo.

Em seu primeiro discurso da tribuna, Irajá prometeu trabalhar para destravar o repasse de recursos federais e, com isso, viabilizar obras estruturantes, como a construção de hospitais e a pavimentação de ruas e estradas nos municípios.



Genaldo Magela/Agência Senado

População está vigiando o Congresso Nacional, alerta Lasier

Lasier Martins (Pode-RS) disse ontem em Plenário que a população está de olho no Congresso Nacional. Ele se referia a um anúncio com a imagem de um grande binóculo colocado na Esplanada dos Ministérios.

Para o senador, falta confiança das pessoas nos parlamentares e, se o Congresso fosse bem administrado, não estaria sendo assim cobrado pela população.

— Inegavelmente tratou-se de uma mensagem criativa, simbolizando o seguinte recado: estamos vigiando vocês, vejam o que vão fazer — afirmou.

Telmário: gasto com servidores não é causa do desequilíbrio fiscal

A folha salarial dos servidores públicos não pode ser responsabilizada pelo desequilíbrio fiscal, afirmou Telmário Mota (Pros-RR) em discurso ontem. O senador disse discordar dos diagnósticos apresentados pela área econômica dos últimos governos. Para ele, o corte de servidores não é a melhor saída. Telmário defendeu a aprovação de uma proposta de reforma tributária e a reavaliação do sistema de financiamento da dívida pública como opções à dispensa de servidores.



Genaldo Magela/Agência Senado

Senado fará sessão pelos 98 anos do jornal *Folha de S.Paulo*

O Plenário do Senado vai homenagear os 98 anos de existência do jornal *Folha de S.Paulo*, completados ontem. A sessão especial será no dia 14 de março, às 9h.

Os senadores aprovaram o requerimento de Kátia Abreu (PDT-TO) que pediu a sessão especial. A senadora afirmou que a *Folha* é “um dos maiores jornais do país” e destacou a credibilidade do veículo.

— Quero também lembrar que na quinta-feira, dia 21, é aniversário de morte de seis meses de Otavio Frias, que era o dirigente do jornal. Cumprimento toda a família, Maria Cristina Frias e o editor-executivo, Sérgio Dávila. Convidamos todos os colegas para que possam estar aqui prestigiando um

jornal do Brasil, a *Folha de S.Paulo*, jornal de todos nós, assim como outros veículos tão importantes que o Brasil tem — disse Kátia Abreu.

Jorge Kajuru (PSB-GO) também elogiou o jornal paulista.

— Quero registrar aqui, publicamente, que Otavio Frias foi o maior chefe que eu tive em 40 anos de carreira quando fui colunista do jornal *Folha de S.Paulo*, às quartas e aos domingos, durante três anos, substituindo o genial Tostão. Foi o único veículo de comunicação que dava a mim total liberdade para escrever tudo. Eu nunca fui censurado pela *Folha de S.Paulo*. Em tempo: eu fui censurado por todos os outros veículos de comunicação em que eu trabalhei — afirmou o senador.

Ciência e Tecnologia elege hoje vice-presidente do colegiado

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) faz hoje, às 9h, eleição para o cargo de vice-presidente do colegiado para o biênio 2019-2020.

Presidido pelo senador Vanderlan Cardoso (PP-GO), a comissão trata de temas como desenvolvimento científico,

tecnológico e inovação e também analisa concessões de rádio e TV e projetos relacionados à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática.

A CCT é composta por 17 senadores titulares e outros 17 suplentes. A reunião ocorrerá na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Acolhimento de crianças

9h Entre 10 itens, o PLS 439/2018, que cria o Marco Regulatório do Acolhimento de Crianças e Adolescentes.

CCT Vice-presidente

9h Eleição do vice-presidente da comissão.

CCJ Isenção de tributos

10h Na pauta de 9 itens, o PLS 610/2015, que dispensa empresas optantes do regime de tributação com base no lucro presumido de retenção na fonte de alguns tributos federais.

CRA Política pública

11h Após 4 requerimentos, escolha da política pública que será avaliada em 2019.

CCJ/CRE Sanções da ONU

11h30 Análise do PL 703/2019, sobre sanções do Conselho de Segurança da ONU.

CDR Eleição do vice

14h Eleição do vice-presidente. Após, 9 requerimentos.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Abre a pauta o PL 703/2019, sobre o cumprimento de sanções de resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Proibição de casamento de menores de 16 vai a sanção

Projeto aprovado ontem pelo Plenário é embasado por estudo que classifica o Brasil como o quarto país do mundo com maior número de casamentos infantis. Abandono dos estudos é uma das consequências

O SENADO APROVOU ontem o projeto que proíbe o casamento de menores de 16 anos. Da ex-deputada Laura Carneiro, o PLC 56/2018 já havia sido aprovado pela Câmara em 2018 e seguirá para sanção presidencial.

Estudo de 2015 da ONG Pro-mundo, usado para embasar o projeto, classificou o Brasil como o quarto país com maior número de registros de casamentos infantis no mundo. De acordo com o levantamento, 3 milhões de brasileiras afirmaram ter se casado antes

de completar 18 anos, marco da maioria para atos da vida civil.

Eliziane Gama (PPS-MA) lembrou que milhares de jovens, principalmente mulheres, param de estudar quando se casam.

— Os dados mostram que 877 mil mulheres brasileiras se casaram com até 15 anos nos últimos anos. Essas jovens, que se casam tão cedo, engravidam cedo e não mais estudam — afirmou a senadora.

Roberto Rocha (PSDB-MA) afirmou que nas Regiões Norte

e Nordeste não é raro o casamento ou a união de jovens menores de 16 anos.

— Uma criança, um jovem de 15 anos não pode beber, não pode dirigir, não pode votar. Então, é lógico que não pode se casar — disse o senador.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) disse que ficou mantida a permissão, que já consta do Código Civil (Lei 10.406, de 2002), para que pais ou responsáveis autorizem a união de jovens com 16 e 17 anos.

— Embora esse projeto proíba em qualquer caso casamento de jovens menores de 16 anos, ele faz a ressalva já existente no Código Civil, que permite excepcionalmente quando o homem ou a mulher tenham 16 anos, desde que haja autorização de ambos os pais ou seus representantes legais. Isso vai ao encontro da determinação da ONU. A partir de agora, a regra é que meninos e meninas, jovens com até 16 anos não possam se casar.



Senador Paulo Rocha preside reunião da comissão que analisou a MP

Aprovada medida que reabriu prazo de adesão ao Funpresp

O Senado aprovou ontem a medida provisória que reabriu, até 29 de março de 2019, o prazo para adesão à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). O texto será encaminhado à promulgação.

Também ontem, o Plenário começou a discussão em primeiro turno da proposta que adequa o texto constitucional às definições da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência.

No caso da adesão à Funpresp, o prazo original havia sido encerrado em 29 de julho de 2018. A MP 853/2018 estabelece que a adesão dos servidores públicos ao regime complementar de previdência será feita de forma irrevogável e irretroatável, ou seja, o servidor não poderá voltar ao regime próprio da Previdência ainda que desista do plano complementar.

A medida prevê ainda que não será devida pela União e por suas autarquias e fundações públicas qualquer contrapartida referente ao valor dos descontos já feitos sobre a base de contribuição

acima do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A Funpresp foi instituída pela Lei 12.618, de 2012, para complementar a aposentadoria dos servidores que entraram no serviço público após a data de sua implantação, em 2013.

A criação do fundo de pensão estava prevista na Constituição desde a última reforma da Previdência, de 2003, tendo em vista que receberão, no máximo, o teto do benefício pago pelo RGPS.

Deficiência

Sobre a PEC 25/2017, a proposta prevê a substituição de expressões como “pessoa portadora de deficiência” ou “portador de deficiência” pela nomenclatura “pessoa com deficiência”. A PEC ainda precisa passar por mais quatro sessões de discussão em primeiro turno.

A proposta é de autoria da ex-senadora Fátima Bezerra. Ela defendeu a adoção na Carta Magna de uma única e adequada forma de referência a essa parcela da população.

Plenário deve votar anistia a policiais grevistas terça-feira

Deve ser votado na terça-feira em Plenário o projeto que concede anistia aos policiais militares do Espírito Santo e do Ceará que participaram de movimentos grevistas entre 2011 e 2018. O requerimento de urgência para a votação do projeto, apresentado por Marcos do Val (PPS-ES), foi aprovado na sessão de ontem.

O PL 395/2019, do ex-deputado Alberto Fraga, prevê a anistia também para militares, policiais civis e agentes penitenciários de Minas Gerais que participaram de movimentos no mesmo período (de 1º de janeiro de 2011 a 7 de maio de 2018). O autor, militar da reserva, argumenta que, ape-

sar de os policiais militares não terem o direito de greve, o que caracteriza a paralisação como uma infração, o poder público errou antes, com atrasos no pagamento, falta de aumento no salário e más condições de trabalho.

Para Marcos do Val, os policiais são profissionais que dão a vida pela população. A anistia, segundo ele, seria um reconhecimento.

— É uma forma de reconhecer que esses profissionais são capazes de dar a vida até por pessoas que criticam o trabalho deles — afirmou.

A anistia não atinge os crimes próprios de militar, previstos no Código Penal Militar, e os crimes comuns previstos no Código Penal.



Eliziane Gama e Roberto Rocha defenderam a aprovação do projeto

Texto sobre prevenção do diabetes sai de pauta

O projeto que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Saúde da Pessoa Diabética (PLC 133/2017) foi retirado da pauta do Plenário. O projeto é do ex-deputado Raimundo Gomes de Matos e foi relatado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo ex-senador Ronaldo Caiado.

O objetivo da política, a ser adotada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), é apoiar o desenvolvimento científico, a formação e a educação continuada de profissionais e pacientes, o direito às medicações e instrumentos, o teste no procedimento de triagem e

a disponibilização de exames de fácil realização, com foco na saúde da pessoa diabética.

O senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que é diabético, afirmou entender a retirada do projeto de pauta como forma de buscar mais informações com o Ministério da Saúde. O senador disse que o fato de 10% da população brasileira sofrer com a falta de insulina no mercado mostra a importância do projeto.

— Trata-se de um projeto meritório. Esperamos que esse projeto possa resolver esse problema e acabar com a falta do remédio — afirmou. Jorge Kajuru (PSB-GO),

também diabético, pediu uma reflexão sobre a doença e registrou que foi autor do projeto que criou o Centro de Apoio ao Diabético em Goiânia, quando ele era vereador.

Outros projetos

Também foi aprovado requerimento para a retirada de pauta do PLS 796/2015 — Complementar, que garante estabilidade provisória no emprego para adotantes. Outro texto (PLC 115/2018), que proíbe a exclusão de empresas “adimplentes e de boa-fé” do Refis, deve voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Comissão vota requerimentos para ouvir ministros

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizará amanhã, às 10h, a primeira reunião deliberativa da atual legislatura. Na pauta, requerimentos de audiências públicas com os ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e da Defesa, Fernando Azevedo e Silva.

Como explica o presidente da CRE, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), nos requerimentos, as audiências com os ministros das duas pastas no início de cada ano legislativo são previstas pelo Regimento

Interno do Senado. No caso da audiência com Ernesto Araújo, o senador lembra que o ano se inicia com imensos desafios à política externa de nosso país. “Vários são os problemas e desafios a serem enfrentados pelo novo ministro”, ressalta Nelsinho Trad.

Já no caso da audiência com o general Fernando Azevedo e Silva, o presidente da CRE destaca que a modernização das Forças Armadas ainda é um enorme desafio. “Com o agravamento da situação econômica atual, faz-se ne-

cessário saber quais projetos das forças deverão sofrer contingenciamentos, bem como quais as medidas que o novo ministro pretende adotar para diminuir o impacto das restrições orçamentárias que enfrentam os ministérios. Os problemas e desafios neste ano que se inicia são inúmeros”, aponta.

Em caso de aprovação dos requerimentos para realização das audiências, elas serão agendadas em comum acordo com a assessoria de cada ministro.

Bebianno é convidado a se explicar a comissão

Autor do requerimento, Randolfe Rodrigues afirma que o ex-ministro deve informar fatos que levaram à sua exoneração. Senadores da base de Bolsonaro protestaram

O EX-MINISTRO DA Secretaria-Geral da Presidência Gustavo Bebianno deverá esclarecer aos senadores da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) denúncias sobre o uso de candidaturas “laranja” para desvio de recursos eleitorais. O convite foi aprovado ontem por 6 votos favoráveis e 5 contrários. Ainda não há data para a vinda do ex-ministro.

Para o autor do requerimento, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Bebianno também precisa dar informações sobre os fatos que levaram a sua exoneração e, principalmente, esclarecer as declarações feitas à imprensa sobre seu trabalho na campanha eleitoral que elegeu o presidente Jair Bolsonaro. Ele era presidente do PSL à época.

— Ele disse que se arrependeu de ter conduzido a campanha do atual presidente. É necessário que o Congresso Nacional saiba quais foram as causas desse arrependimento. Bebianno tem informações sobre como foi o financiamento da campanha do presidente, e isso não pode ser razão de fofoca, “disse me disse” e circulação de tags nas redes sociais. Elas têm que ser ditas na comissão que tem essa responsabilidade no Congresso [fiscalizar] — afirmou.



Presidente da Comissão de Transparência, Rodrigo Cunha conversa com Randolfe, autor do requerimento

Subscriber do requerimento, Jorge Kajuru (PSB-GO) frisou que Bebianno não pode deixar de vir ao Senado e ser questionado e ouvido, já que disse “ter muito a falar”.

— A nação quer isso — afirmou o senador.

A aprovação da proposição foi precedida de uma discussão sobre se o convite seria regimental, já que Gustavo Bebianno não é mais ministro e a comissão não seria competente para ouvi-lo como “cidadão”, apenas como autoridade.

O presidente da comissão, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), acatou a interpretação de que as comissões permanentes são aptas, segundo a Constituição, para solicitar depoimento de qualquer cidadão e à CTFC cabe, regimentalmente, tra-

tar de assuntos pertinentes à corrupção.

Os senadores Major Olimpio (PSL-SP) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG) defenderam que o presidente Jair Bolsonaro tem a prerrogativa de convidar ou exonerar qualquer pessoa para ocupar cargos na Esplanada por critério pessoal e intransferível, sem necessidade de justificativa. E que os depoimentos sobre fatos investigados pela Justiça Eleitoral e pelo Ministério Público só poderiam ser tratados no Congresso se houvesse uma comissão parlamentar de inquérito instalada.

Instâncias

A senadora Selma Arruda (PSL-MT), contrária ao convite, disse estranhar a “falta de objetividade” da discussão pois, para ela, os esclarecimentos estão sendo feitos nas instâncias adequadas.

— Há autoridades com competência que estão atuando, a Justiça Eleitoral, o Ministério Público Eleitoral. O que vejo é que podemos nos ocupar com coisas que sejam da nossa competência e mais importantes — opinou.

Para a senadora Eliziane Gama (PPS-MA), o uso irregular do fundo eleitoral, depois de tanta discussão no Parlamento para ser direcionado também às mulheres, precisa ser investigado e fiscalizado pela Casa.

Decisão agora cabe a ex-ministro, diz Davi Alcolumbre

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que cabe ao ex-ministro Gustavo Bebianno decidir se vai ou não comparecer à Comissão de Transparência.

— O convite já está aprovado — disse.

Sobre os vazamentos de áudios que mostram uma discussão entre o presidente

Jair Bolsonaro e Bebianno, Davi disse que prefere não comentar e que não pode acusar nem o presidente nem o ex-ministro. O presidente do Senado ponderou, no entanto, que “nenhuma confusão é boa para o país” e que o Senado segue fazendo a sua parte.

— Quem tem que respon-

der é quem vazou. Eu e os senadores queremos dar a resposta votando propostas — afirmou.

Davi disse que hoje há 130 proposições prontas para votação no Plenário. Ele informou que toda segunda-feira os líderes vão enviar as propostas prioritárias para serem votadas durante a semana.

Ministro Paulo Guedes e governadores poderão falar sobre dívidas dos estados



Entre Heinze e Plínio, Omar preside a reunião que aprovou convites

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou convite ao ministro da Economia, Paulo Guedes, para uma audiência sobre o endividamento dos estados. Os governadores também serão ouvidos posteriormente.

A intenção do presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM), é ouvir Guedes em 12 de março.

Luis Carlos Heinze (PP-RS) havia apresentado requerimento para ouvir também os 27 governadores e o chefe da Casa Civil. Os senadores

chegaram a um acordo para dividir o trabalho em etapas.

— Acho correto ouvirmos primeiro somente o representante do governo federal, visto que para renegociarmos as dívidas é preciso vontade política — opinou Omar.

O prejuízo dos estados exportadores com a Lei Kandir também será debatido nos encontros. Omar lembrou que foi governador do Amazonas e conhece bem a situação, visto que a União arrecada muito mais do que distribui, preju-

dicando principalmente os exportadores de commodities, como Pará e Mato Grosso.

A CAE aprovou ainda outros dois requerimentos. Um, da senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), propõe uma audiência sobre a política de educação conectada, contida no PLC 142/2018. O outro, dos senadores Rogério Carvalho (PT-SE) e Jean Paul Prates (PT-RN), sugere um debate sobre concentração bancária, inovação e competição no sistema financeiro.

Roberto Campos Neto, indicado para o Banco Central, será sabatinado na terça

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) marcou para terça-feira, às 10h, a sabatina do economista Roberto de Oliveira Campos Neto, indicado pelo governo para presidir o Banco Central. Também foram agendadas para a mesma reunião as sabatinas de dois indicados para a diretoria do BC e uma para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O relator da indicação de

Campos Neto, Eduardo Braga (MDB-AM), apresentou seu parecer ontem. Segundo o senador, o economista tem as qualificações para assumir a função. Em seguida foi concedida vista coletiva por cinco dias.

Também serão sabatinados Bruno Serra Fernandes e João Manoel Pinho de Mello, indicados para a diretoria do BC, e Flávia Martins Sant’Anna Perlingeiro, indicada para a

diretoria da CVM.

A relatoria das indicações estão a cargo de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), Wellington Fagundes (PR-MT) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), respectivamente.

Currículos

Campos Neto tem 49 anos e se formou e na Universidade da Califórnia, em Los Angeles e concluiu o mestrado na mesma instituição. Iniciou a

vida profissional no Banco Buzano, Simonsen, mas a maior parte da carreira foi dedicada ao Banco Santander, onde ocupou cargos em diferentes áreas.

Serra Fernandes é responsável pela mesa de renda fixa do Itaú Unibanco. É mestre em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Teve passagem pelo BankBoston como estrategista de renda fixa e gestor de recursos para

fundos multimercados.

Pinho Mello é PhD em economia pela Stanford University acumula atualmente os cargos de secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência e de Política Monetária do Ministério da Fazenda.

Flávia Perlingeiro, atualmente advogada do BNDES, passou também pelo escritório de direito Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados.

Desarquivado projeto sobre política de drogas

Proposta, que já foi debatida em três comissões, promove ampla reformulação na lei que trata do tema e estabelece parâmetro de porte para diferenciar usuário de traficante

O SENADO VOLTARÁ a debater uma proposta de lei que caracteriza o tráfico de pequeno porte e propõe o uso terapêutico da maconha.

O PLC 37/2013, que promove uma ampla reformulação na Lei de Drogas (Lei 11.343, de 2006), retornará à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), seguindo posteriormente às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O desarquivamento foi proposto pelo senador Alvaro Dias (Pode-PR) por meio de requerimento aprovado ontem em Plenário.

Do ex-deputado Osmar Terra, atual ministro da Cidadania, a proposta já foi instruída pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Substitutivo

Um substitutivo apresentado pela ex-senadora e atual deputada Lídice da Mata (PSB-BA) na CAE mantém duas inovações já aprovadas pela CCJ: um parâmetro mínimo de porte de

droga para diferenciar usuário de traficante e a facilitação do processo de comercialização de derivados e produtos à base de *Cannabis sativa* — nome científico da maconha — para uso terapêutico.

A primeira novidade se inspirou em recomendação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que integrou a Comissão Global de Políticas sobre Drogas, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o texto original foi modificado para prever que

há tráfico de pequeno porte quando a quantidade de droga apreendida é suficiente para atender ao consumo médio individual por cinco dias de até dez usuários. Esse critério estabelece uma “presunção de usuário” com base na quantidade de droga apreendida.

Medicamentos

Apesar de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já ter regulamentado a importação de medicamentos à base de canabidiol (CBD) para

tratar doenças graves, Lídice considerou importante alterar a Lei de Drogas para garantir maior proteção legal às famílias envolvidas na aquisição da substância.

O substitutivo da CAE também destacou a ampliação das possibilidades de doação e incentivos fiscais previstos no projeto. Em vez de concentrar as doações no Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (Funcab), o texto estende a colaboração financeira a outros fundos de políticas sobre drogas de caráter nacional, estadual, distrital e municipal, bem como à construção e manutenção de instituições de atenção a usuários de drogas. Quanto aos incentivos, passam a ser aplicados sobre o imposto de renda devido, e não sobre a base de cálculo do tributo.

As pessoas físicas poderão deduzir, do imposto de renda devido, até 30% do valor das doações efetuadas a projetos de construção e manutenção de instituições de recuperação de usuário ou dependente de dro-

gas, estabelece o substitutivo.

O substitutivo da CAE tem a intenção de aperfeiçoar a política de incentivos fiscais para estendê-la até 2022. A proposta determina ainda a vinculação da instituição de recuperação de usuário a ser beneficiada com as doações ao Sistema Único de Saúde (SUS) ou ao Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Temas

A proposta promove mudanças não só na Lei de Drogas, mas em outras 12 leis. Ao todo, sete temas são abordados pelo projeto: estruturação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), formulação e acompanhamento de políticas sobre drogas, atividades de prevenção do uso de drogas, atenção à saúde dos usuários ou dependentes de drogas e reinserção social e econômica, comunidades terapêuticas acolhedoras, aspectos penais e processuais penais e mecanismos de financiamento das políticas sobre drogas.



Lasier Martins e Alvaro Dias, autor do pedido para desarquivar o projeto

Projeto da bancada do PT isenta do IR quem ganha até R\$ 4.990

A bancada do PT no Senado apresentou proposta para acabar com o escalonamento das faixas da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e fixá-la em 27,5% para quem ganha acima de cinco salários mínimos.

Também estabelece a cobrança de alíquota de 20% de Imposto de Renda sobre os dividendos — parte do lucro de uma empresa que é distribuído entre os seus acionistas. Hoje o acionista

não paga Imposto de Renda sobre esse provento.

A intenção dos autores com o PL 604/2019 é fazer cumprir uma das principais promessas de campanha dos dois candidatos que disputaram o segundo turno das eleições de 2018, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, de diminuir impostos para a população que recebe rendimentos menores. Assinam o projeto Humberto Costa (PE), Jean Paul Prates (RN), Jaques Wagner (BA),

Paulo Paim (RS), Paulo Rocha (PA) e Rogério Carvalho (SE).

Considerando o salário mínimo vigente em 2019, de R\$ 998, a faixa de isenção seria fixada em R\$ 4.990. Pela regra atual, não pagam IR apenas os salários até R\$ 1.903,98, e os acima de R\$ 4.664,48 mensais já são taxados em 27,5% na fonte. O novo valor de isenção é superior aos que pagam alíquota máxima pelas regras vigentes atualmente. A novidade é a isenção aos que

pagavam alíquotas menores, escalonadas de 7,5% a 22,5%.

Para compensar a perda fiscal de estimados R\$ 38 bilhões, a proposta retoma a contribuição sobre os dividendos, zerada desde 1995 e cuja promessa de retorno foi feita por ambos os candidatos, explicam os autores. A estimativa é de arrecadar R\$ 54 bilhões. A cobrança se daria a partir de janeiro de 2020 e permaneceriam isentos do Imposto de Renda os lucros ou dividendos

distribuídos ao titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional.

A bancada lembra que a proposta não encerra a discussão sobre as faixas de cobrança do Imposto de Renda, cuja atualização se faz necessária há anos. Há consenso sobre a isenção aos que ganham até cinco salários, mas não sobre a reestruturação de toda a tabela, até mesmo com a criação de faixas maiores que 27,5%.

Veneziano defende ampliação de debate sobre reformas

Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) informou ao Plenário que apresentou requerimento nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) convidando representantes do governo para discutir propostas que devem ser enviadas ao Congresso, entre elas as reformas trabalhista e da Previdência e o pacote anticrime.

— Desde a finalização do segundo turno, com o início da transição, e após a posse, temos visto e constatado um governo de idas e vindas, de opiniões desencontradas, de improvisações.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Proposta para Previdência pode emperrar, diz Kajuru

O Executivo precisa dar especial atenção, na proposta de reforma previdenciária, à cobrança das dívidas de grandes empresas junto ao INSS e ao combate à fraude e à sonegação, advertiu Jorge Kajuru (PSB-GO). Na opinião do senador, a população perceberá que os escolhidos para arcar com os custos são somente os trabalhadores e os servidores.

— Sem fazer a cobrança dos devedores, a reforma corre o risco de parecer apenas mais uma malandragem típica dos velhos conchavos das elites do poder para saquear e extorquir, uma vez mais, a população.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Paim quer rigidez na punição de crimes tributários

Paulo Paim (PT-RS) lamentou em Plenário que algumas sugestões apresentadas pela CPI da Previdência, que ele presidiu em 2017, não tenham sido implementadas. Uma delas foi o PLS 423/2017, que acaba com a possibilidade de extinguir a punição para os crimes cometidos contra a ordem tributária. Hoje isso pode ocorrer com o pagamento do tributo devido, diz o senador.

— Como está hoje, não é necessário sequer realizar o pagamento integral do que está devendo. Basta aderir a um Refis e, durante o período do parcelamento, o infrator não responderá pelos delitos, ou seja, pelo crime cometido.

MP cria dificuldades para segurados do INSS, diz Zenaide

Zenaide Maia (Pros-RN) criticou ontem a MP 871/2019 por revisar benefícios do INSS sem que, para isso, o governo ofereça estrutura no atendimento ao segurado que precisa passar por perícia médica.

Segundo a senadora, muitos segurados estão apavorados com as novas regras, já que a junta médica poderá exigir exames de alta complexidade a serem bancados pelo beneficiário que, sem recursos, terá que recorrer ao SUS. Se perder o prazo para apresentação da defesa, ficará sem o benefício. Além disso, a MP reduziu o prazo de 30 para 10 dias.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Pobres financiam campanhas, critica Marcio Bittar

Marcio Bittar (MDB-AC) anunciou ontem em Plenário que apresentou um projeto para acabar com o financiamento público de campanha eleitoral. Ele afirmou que esse tipo de financiamento é um confisco de recursos do povo brasileiro.

— Você tira dinheiro dos mais pobres para financiar campanhas eleitorais, sendo que já temos um fundo mantenedor do dia a dia dos partidos, que, no ano passado, ultrapassou R\$ 800 milhões.

O senador criticou também a prioridade dada na distribuição dos recursos a quem está na cúpula do partido.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Colegiado ouve amanhã ministra Damares

Titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos comparecerá à CDH, que aprovou ontem plano de trabalho e criação de subcomissão sobre mobilidade

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) deve ouvir amanhã a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, para conhecer as prioridades da pasta. O requerimento, do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem.

Os senadores também estabeleceram ontem o plano de trabalho e decidiram que as reuniões da CDH ocorrerão às 9h das quintas-feiras. Cada senador já recebeu cerca de seis projetos para serem relatados.

Outro ministro que será convidado para comparecer à CDH, mas ainda sem data marcada, é o da Justiça, Sergio Moro. Ele deve falar sobre o pacote anticrime e os principais eixos de combate ao crime organizado e à corrupção.

A comissão aprovou ainda um requerimento para



Ao lado de Acir Gurgacz, o presidente da comissão, Paulo Paim, comanda a primeira reunião do colegiado

debater com o Tribunal de Contas da União (TCU) a terceirização de mão de obra e a irredutibilidade do salário dos funcionários que prestam serviço ao Senado.

Paim adiantou que a co-

missão vai realizar um ciclo de debate sobre formas de violência.

— Vamos discutir quais tipos de violência serão prioridade para o nosso debate. Até corrupção é violência — disse.

A comissão também criou uma subcomissão de mobilidade urbana e acessibilidade para acompanhar a implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana nos municípios. O pedido foi feito

por Acir Gurgacz (PDT-RO). Ele disse que apenas 5% das cidades já têm plano municipal de mobilidade.

Acessibilidade

O senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ) lembrou a quantidade de idosos e deficientes que sofrem com a falta de acessibilidade no país.

Styvenson Valentim (PoderN) acrescentou que o mesmo governo que exige acessibilidade das empresas privadas não se preocupa em fazer a sua parte, até mesmo em prédios públicos.

Já Eduardo Girão (Pode-CE) chamou a atenção para as dificuldades diárias dos autistas. Ele afirmou que o poder público precisa chegar ao interior do Brasil para dar suporte a crianças com necessidades específicas.

Conexão entre ensino e esportes será assunto de subcomissão permanente

Por sugestão de Leila Barros (PSB-DF), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem a criação da Subcomissão do Esporte, da Educação Física e da Formação de Categorias de Base.

Segundo a senadora, as políticas públicas de inclusão social através do esporte, quando bem articuladas com políticas de teor semelhante

nas áreas da educação, saúde e cultura, “podem impactar efetivamente as vidas de crianças e jovens do país”.

Também foi lembrada por Leila a dimensão que o esporte conseguiu atingir mundialmente como vetor econômico, proporcionando condições de promoção massiva para diversos setores ligados à prestação de serviços, turismo

e entretenimento. Ela também pretende que o futuro colegiado priorize a educação física no âmbito do modelo educacional brasileiro.

— O esporte está muito conectado também, só para citar um exemplo, ao desenvolvimento de habilidades cada vez mais valorizadas pelo mundo corporativo, como espírito de equipe, capacidade

de resiliência e superação. Também é muito relevante no campo social em geral, pois está intrinsecamente ligado ao respeito a regras compactuadas coletivamente. Em resumo, acredito que este deve ser nosso foco, identificar os problemas das políticas públicas hoje em vigor e apresentar novas soluções, abordagens e alternativas — afirmou.

Também caberá ao colegiado fiscalizar as condições das categorias de base das diversas modalidades esportivas, buscando coibir tragédias como a ocorrida recentemente no CT do Flamengo, no Rio, em que morreram dez adolescentes.

O número de membros do futuro colegiado ainda será definido pela Comissão de Educação.

Titular da Educação participa de debate na terça

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Dário Berger (MDB-SC), comunicou que o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, participará na terça-feira de uma audiência no colegiado. O objetivo é que o ministro possa apresentar as diretrizes e programas prioritários da pasta.

Também foi confirmada para o dia 12 de março audiência com o ministro da Cidadania, Osmar Terra. O ministério incorporou atribuições que estavam sob as alçadas dos

extintos Ministérios da Cultura e do Esporte. A pasta também gerencia políticas públicas como o Programa Criança Feliz e outras ligadas ao desenvolvimento social, que no entender de Dário estão ligadas ao incremento do modelo e da gestão educacional no país.

Os requerimentos foram aprovados ontem.

Também foi aprovado o pedido de Confúcio Moura (MDB-RO) para que a CE realize uma audiência sobre a Política de Inovação da Educação Conectada (PLC

142/2018), apresentada pelo Ministério da Educação em 2017 e já aprovada pela Câmara dos Deputados.

O objetivo de Confúcio é conectar a nova política com o aproveitamento dos recursos já disponíveis no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

O senador destacou que relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) demonstrou desvio nas finalidades do Fust. A data da audiência e os convidados ainda serão definidos pela CE.

Comissão vota pedido para ouvir Tereza Cristina, da Agricultura

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne hoje às 11h para votar requerimento da presidente do colegiado, Soraya Thronicke (PSL-MS), que convida a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, para apresentar os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos.

Em outro requerimento, Soraya convida o presidente do Incra, Jesus Corrêa, para debater os planos do órgão no atual governo.

Na primeira reunião deliberativa do ano, a comissão vai analisar outras solicitações de senadores. Acir Gurgacz (PDT-RO) pede a criação de subcomissão temporária para discutir a regularização fundiária. Já Luis Carlos Heinze (PP-RS) requer a realização de um ciclo de palestras da CRA no Rio Grande do Sul.

A comissão vai definir também as diretrizes para 2019 e escolher uma política pública para avaliar este ano.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Mercados devem ter balança para pesar produto lacrado

Projeto que segue para a análise da Câmara obriga mercados de médio e grande porte a oferecer balanças para que os clientes possam conferir o peso indicado na embalagem pelo fabricante

OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS que vendem produtos lacrados poderão ser obrigados a disponibilizar balança para pesagem de mercadorias, permitindo que os consumidores confirmem o peso indicado nas embalagens. Esse é o objetivo de projeto (PLS 21/2017) da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), aprovado ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) e que segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

A versão aprovada pela CTFC é um substitutivo do relator, o ex-senador Gladson Cameli. O novo relator, Dário Berger (MDB-SC) apoiou as mudanças apresentadas para aplicar a medida exclusivamente às empresas de médio porte (mercados e supermercados) e grande porte (hipermercados e atacadistas).

O relatório propõe também



Caso vire lei, mercados terão 180 dias para colocar balanças de pesagem

a substituição da expressão “balança de precisão” por “balança para pesagem de mercadorias”. Outra emenda ao projeto modifica o prazo para que os estabelecimentos se ajustem à nova regra, que será de 180 dias, contados a partir da data de publicação.

Pela proposta, o descumprimento da obrigação ficará sujeito às sanções administrativas previstas no Código

de Defesa do Consumidor, que vão de multa, apreensão e inutilização do produto até cassação da licença do estabelecimento.

Na justificativa, Rose ressalta que diversos produtos colocados à disposição do consumo não respeitam a indicação do peso conforme sua rotulagem. Para a senadora, o consumidor deve poder checar a informação.

Projeto prioriza jovens egressos de abrigos para serviço militar

A seleção para o serviço militar poderá dar prioridade a jovens de instituições de acolhimento. É o que prevê projeto de lei de Eduardo Girão (Pode-CE), em análise na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O PL 557/2019, que aguarda o relatório de Marcos do Val (PPS-ES), propõe que os jovens que se tornam adultos morando em abrigos institucionais tenham prioridade no processo seletivo de prestação do serviço militar.

“Há um vazio em nosso sistema de proteção social no que se refere à pessoa egressa das instituições de acolhimento. Após o jovem completar 18 anos, não há um robusto sistema que lhe permita transitar daquela situação de tutela estatal para o livre exercício da vida adulta, que acarreta, inclusive, a responsabilidade pelo próprio sustento”, argumenta Girão em sua justificativa.

O projeto não modifica o efetivo das Forças Armadas nem altera o processo de seleção, apenas cria “uma

consideração extra na elaboração dos critérios para a escolha dos jovens”, destaca o senador.

Seleção

Atualmente o processo de seleção para ingresso nas Forças Armadas é constituído de três etapas: alistamento, seleção geral e incorporação ou matrícula.

De acordo com o Ministério da Defesa, os jovens devem se alistar no ano em que completarem 18 anos. Eles são avaliados, na seleção geral, com base em dois critérios principais.

O primeiro critério é a combinação do vigor físico com a capacidade analítica, medida de maneira independente do nível de informações ou de formação cultural do recrutado. O segundo critério é o da representação de todas as classes sociais e regiões do país.

Por último, ocorre o processo de incorporação ou matrícula, no qual o jovem é incluso em uma organização militar da ativa das Forças Armadas.

Bancada feminina vai apresentar sua pauta prioritária ao presidente do Senado

A bancada feminina do Senado se reuniu ontem, pela primeira vez nesta legislatura, para definir ações, pautas e propostas de interesse das mulheres. Projetos prontos para a votação no Plenário ou em tramitação serão apresentados como prioritários para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. A igualdade de gênero aparece como tema importante que a bancada, composta por 12 senadoras, quer ver avançar na Casa.

— Vamos priorizar com o presidente as lutas das mulheres que muita gente não conhece. Há projetos que ficam engavetados por muito tempo, pois têm problemas de concepção e de ideologia, e queremos aplinar essa questão de gênero — explicou Rose de Freitas (MDB-ES), que participa de sete comissões nesta legislatura.

As senadoras definiram que as reuniões da bancada serão

semanais. A partir da próxima terça-feira, elas devem escolher a procuradora especial da Mulher e preparar a programação das atividades do Dia Internacional da Mulher, em março, incluindo a entrega do Prêmio Bertha Lutz.

Cada integrante da bancada sugeriu dois nomes de mulheres para serem agraciadas na premiação promovida anualmente pelo Senado. Esses nomes serão avaliados pelo Conselho do Diploma Bertha Lutz, que escolhe mulheres atuantes nas artes, cultura, política e ciência, para serem homenageadas pela sua contribuição em defesa dos direitos femininos e das questões de gênero no país.

As senadoras também estão preparando uma surpresa para o mês da mulher, quando deverão destacar a trajetória de parlamentares brasileiras no Senado, na Câmara dos Deputados e em assembleias

legislativas por todo o país.

Eleita para o primeiro mandato, Daniella Ribeiro (PP-PB) quer contribuir com experiências de seu estado. Uma delas é o Fórum Todas por Uma:

— Às vezes não são questões específicas, mas que afetam a vida das mulheres, como filhos com doenças raras. Conseguimos ganhar na Justiça, pela primeira vez, o medicamento

Spinraza para uma menina com atrofia muscular espinhal. Acredito que essa experiência possa envolver o país como um todo — destacou Daniella.

Como médica, a senadora Zenaide Maia (Pros-RN) disse que se sensibilizou com a situação de idosas e de mães de família, pessoas de baixa renda, que podem vir a sofrer com as reformas previstas

pelo governo, como a da Previdência:

— É o caso do Benefício de Prestação Continuada, o BPC. Você sabe o que é uma mãe ter um filho tetraplégico e ganhar um salário mínimo? E vem aí uma proposta para ser menos ainda. Tem que mudar muito o que está previsto e tem que começar pela parte mais frágil, mais vulnerável.



Senadoras devem escolher, em reunião marcada para terça-feira, a nova procuradora especial da Mulher

Proposta assegura medidas protetivas às torcedoras em estádios esportivos

O primeiro projeto apresentado pela senadora Leila Barros (PSB-DF) busca assegurar maior proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva.

O PL 549/2019 altera o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671, de 2003) para estabelecer que as torcedoras sejam protegi-

das contra qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause risco de morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico ou dano moral ou patrimonial.

Na justificativa, Leila, ex-jogadora de vôlei da seleção brasileira, argumenta que o objetivo é garantir proteções

específicas às torcedoras para erradicar o assédio e outras formas de violência nos ambientes esportivos.

A proposta também proíbe a prática ou incitação de caráter misógino (de aversão às mulheres) nos recintos esportivos. Atualmente a proibição de que trata o Estatuto do Torcedor en-

globa apenas ofensas racistas e xenófobas.

A senadora argumenta ainda que esses locais são dominados pelo público masculino, o que leva a atos violentos contra as mulheres. Para ela, os ambientes de prática esportiva ainda estão longe de serem considerados ideais para as

torcedoras: relatos de assédio e de atos violentos continuam, infelizmente, frequentes.

“Nesse contexto de histórico machista e paternalista da sociedade brasileira é que as práticas violentas e assediadoras são concretizadas com ares de habitualidade”, ressalta Leila.

Senadores apoiam fim das barragens de rejeito

Determinação da Agência Nacional de Mineração foi elogiada em Plenário, mas parlamentares consideraram que a medida deveria ter sido adotada há mais tempo

A AGÊNCIA NACIONAL de Mineração (ANM) determinou, na semana passada, a eliminação das barragens de rejeito de minério em todo o país. A decisão foi tomada após o rompimento de uma barragem da empresa Vale na região Brumadinho (MG). Os senadores manifestaram apoio à resolução, publicada na segunda-feira no *Diário Oficial da União*, mas apontaram que a medida poderia ter sido tomada há mais tempo.

Para Carlos Viana (PSD-MG), a atividade de mineração “tem que ser a seco”, pois já existe tecnologia para adoção do método, que é mais seguro. O senador, um dos proponentes da CPI de Brumadinho, disse preferir uma comissão para o Senado e, se for o caso, outra para a Câmara dos Deputados a uma única CPI mista.

— O melhor é que cada Casa faça o seu trabalho e a população acompanhe tudo, com

transparência — disse Viana.

Para Rodrigo Pacheco (DEM-MG), medidas de precaução são fundamentais. Porém, ele fez uma ressalva quanto à eficiência da medida da ANM.

— É importante que nós verifiquemos se as normas são ou não suficientes — declarou.

Segundo Antonio Anastasia (PSDB-MG), a população que mora ao redor das barragens está vivendo um clima de muita apreensão e o Estado tem a obrigação de encontrar instrumentos que garantam a segurança e a paz. Ele defendeu o projeto da senadora Leila Barros (PSB-DF) que reforça a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens. O PL 550/2019, do qual Anastasia é relator, está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— A União precisa fortalecer a ANM e garantir que seu trabalho de fiscalização e controle seja efetivo, criterioso



Barragem de rejeitos de mineração da Vale que rompeu em Brumadinho, Minas Gerais, em 25 de janeiro

e rigoroso — acrescentou.

De acordo com Paulo Rocha (PT-PA), fundamental e prioritário é garantir a fiscalização dos locais de barragens.

O senador Elmano Férrer (Pode-PI) informou que pediu uma audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura

(CI) para debater a segurança das barragens. Ele destacou que o Brasil tem cerca de 790 barragens de contenção de rejeitos minerais.

— A ANM tem que ter um suporte maior, pois só tem 31 técnicos para fazer a fiscalização de barragens — alertou.

A resolução da ANM determina que as mineradoras deverão desativar qualquer instalação e deixar de fazer obra ou serviço em áreas próximas a barragens de rejeitos. De acordo com o texto, as barragens construídas a montante ou com método desconhecido e que estejam desativadas deverão ser eliminadas até 15 de agosto de 2021. Aquelas que estão em funcionamento devem ser eliminadas até 15 de agosto de 2023.

O método a montante, como a barragem de Brumadinho, é o mais barato. Há 84 barragens nesse modelo (construídas em degraus feitos com o próprio rejeito sobre o dique inicial) em funcionamento no país, das quais 43 são classificadas como de “alto dano potencial”.

Comissão receberá ministro da Infraestrutura na próxima semana

A Comissão de Infraestrutura decidiu ouvir o ministro do setor, Tarcísio Freitas, em audiência pública na próxima semana. Na ocasião, o ministro deverá prestar ao colegiado informações sobre as diretrizes e prioridades da pasta.

A CI também aprovou requerimentos para outras duas audiências públicas: uma para debater a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) e outra

destinada a discutir as políticas públicas para atuação da garimpagem e da micro e da pequena mineração.

A convocação do ministro da Infraestrutura para esclarecimentos, que é feita anualmente pela CI, foi antecipada diante da preocupação dos senadores com a segurança das barragens, de modo a evitar acidentes como os de Brumadinho e Mariana (MG).

O presidente da comissão, senador Marcos Rogério (DEM-RO), lembrou a dimensão dos desastres ambientais provocados pelo rompimento de barragens e cobrou mais fiscalização sobre o setor.

— Não há dinheiro que traga de volta quem se foi, não há pagamento que alivie a dor de quem perdeu um ente querido, não há indenização que apague o trauma — declarou.

Proposta criminaliza fraudes no Bolsa Família

Proposta que criminaliza o desvio de recursos da merenda escolar, da saúde e do Bolsa Família está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O PLS 216/2015, de Roberto Rocha (PSDB-MA), deve ser analisado hoje, na primeira reunião deliberativa do colegiado em 2019. A decisão da CCJ é terminativa.

Pelo texto, se torna agravante do crime de peculato — quando o funcionário público se apropria de dinheiro ou bens públicos ou particulares, em função do cargo — o desvio de recursos de programas de transferência de renda ou a apropriação irregular do orçamento da merenda escolar ou dos recursos de ações de educação alimentar em escolas públicas ou entidades filantrópicas ou comunitárias. A pena prevista é de 4 a 14 anos de prisão, mais multa.

“Roubar essas famílias em situação de extrema pobreza é retirar todo o sonho de sobrevivência e de uma vida mais digna”, justifica Rocha.

O relator na CCJ, Antônio Anastasia (PSDB-MG), avaliou ser necessário incluir nesse rol o desvio de recursos das ações de saúde. No entanto, retirou do texto a inclusão desses desvios entre os crimes hediondos.

“O alargamento pouco criterioso da lista de crimes classificados como hediondos jogará essa categoria no lugar comum, retirando-lhe o caráter de excepcionalidade”, argumentou.

Desperdício

Outro item da pauta da CCJ é o projeto que prevê medidas para evitar perdas na rede de distribuição de água. Segundo o autor do PLS 317/2018, Lásier Martins (Pode-RS), há no Brasil um grande desperdício nos sistemas de abastecimento em razão de vazamentos e problemas gerais nas tubulações e sistemas de fornecimento, atingindo um volume de 38,8% de toda a água tratada.

A reversão desse quadro passa, segundo ele, pela inserção de metas progressivas de redução de perdas na distribuição de água nos contratos

de concessão do serviço. Outro incentivo seria a concessão de benefícios orçamentários, fiscais ou de crédito como compensação pelo alcance de metas de eliminação de perdas.

O projeto estabelece novas definições para controle da qualidade do saneamento básico e prevê que a oferta de saneamento ocorra por meio de consórcio público, do qual participem os titulares do serviço. A entidade reguladora do setor deverá fixar limites máximos de perda na distribuição da água tratada, passíveis de serem reduzidos gradualmente, conforme se verifiquem avanços tecnológicos e investimentos em ações de combate ao desperdício.

O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC) é favorável à proposta, que é terminativa na comissão. “Atualmente, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (Sinisa), cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada e é de extrema prioridade enfrentar essa grave situação”, destacou.

Preservação da Amazônia Legal pode ter área reduzida

O projeto que permite aos estados da Amazônia reduzirem a reserva legal para até 50%, quando tiverem mais de 65% do seu território ocupado por unidades de conservação, aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Do senador Mecias de Jesus (PRB-RR), o PL 551/2019 altera o Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651, de 2012), para dispensar a exigência do zoneamento econômico-ecológico na exploração econômica de imóveis rurais.

O autor considera prejudicial para a economia o fato de alguns estados da Amazônia Legal terem porção considerável de seu território ocupada por áreas cuja exploração é limitada por lei, a exemplo das terras indígenas.

— Um estado que contribui com mais de 65% do seu território preservado já demonstrou seu com-

promisso em prol da causa ambiental, permitindo que o Brasil cumpra seus acordos internacionais. Vamos tentar dar celeridade para que possamos produzir de igual para igual com os demais estados — disse Mecias.

Forças Armadas

O projeto propõe ainda a inclusão das áreas de domínio das Forças Armadas no cômputo de áreas de preservação já que, em muitos estados da Amazônia, com extensas fronteiras nacionais, elas ocupam porção considerável do território e representam vastas extensões de vegetação nativa. Foram excluídas aquelas povoadas pelos próprios militares.

Ainda de acordo com o PL 551/2019, será dado prazo de 60 dias para que o conselhos estaduais de meio ambiente se manifestem. A ausência de manifestação será entendida como aprovação da redução de reserva legal.